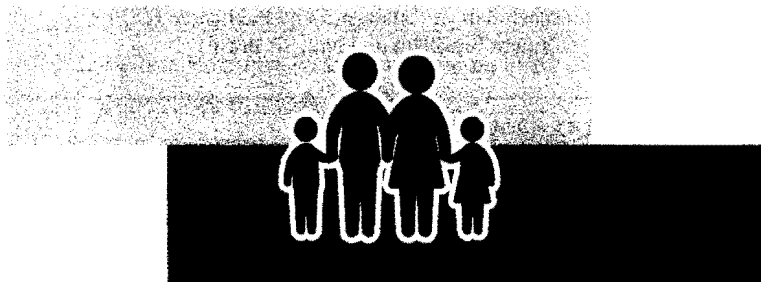


Océlio de Jesús C. Morais  
Wladimir Novaes Martinez

# **VALORES E PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**



**LT<sup>®</sup>R**



**LTr Editora Ltda.**

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571  
CEP 01224-003  
São Paulo, SP Brasil  
Fone (11) 2167-1101  
www.ltr.com.br  
Abril, 2021

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: PIETRA DIAGRAMAÇÃO  
Projeto de capa: **DANILO REBELLO**  
Impressão: LOG & PRINT Gráfica e Logística S.A.

Versão impressa— LTr 6294.7— ISBN 978-65-5883-023-8  
Versão digital— LTr 9770.6 — ISBN 978-65-5883-031-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Morais, Océlio de Jesús C.

Valores e princípios da previdência social/Océlio de Jesús C. Moraes,  
Wladimir Novaes Martinez. 1. ed. São Paulo: Ltr, 2021.

ISBN 978-65-5883-023-8

1. Previdência social - Brasil 2. Previdência social - Legislação Brasil  
I. Martinez, Wladimir Novaes. II. Título.

20-53428

CDU-34:368.4

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Previdência social: Direito previdenciário 34:368.4  
Aline Grazielle Benitez Bibliotecária - CRB-1/3129

## SUMÁRIO

<b>Prefácio .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - COMPREENDER A PREVIDÊNCIA PELOS PRINCÍPIOS .....</b>	<b>11</b>
<i>(Por Océlio de Jesús C. Moraes)</i>	
<b>1. Princípios .....</b>	<b>11</b>
1.1. Acepções gerais .....	11
1.2. Conceito .....	13
1.3. Classificações .....	18
1.4. Função dos Princípios .....	21
1.5. Objeto dos Princípios .....	22
1.6. Natureza dos Princípios .....	23
<b>2. Princípios da seguridade na Constituição da OIT .....</b>	<b>24</b>
2.1. Princípios fundamentais da Seguridade na Constituição da OIT .....	25
2.2. Valor e Princípio da justiça social na visão da OIT .....	26
2.3. Simetria de Princípios .....	28
<b>3. Valores e princípios na Constituição de 1988 .....</b>	<b>28</b>
3.1. Função da Constituição .....	28
3.2. Autoridade moral e valores da Constituição .....	29
3.3. Enquadramento sistêmico dos valores .....	30
3.4. Previdência como Valor e como Princípio .....	32
<b>4. Caráter dos princípios hoje na reforma da Previdência .....</b>	<b>33</b>
4.1. Direitos fundamentais do Estado e dos cidadãos .....	34
4.2. Fundamentos do Estado .....	34
4.3. Objetivos fundamentais do Estado .....	35
4.4. Princípios fundamentais do Estado .....	35
4.5. Distinções conceituais .....	35

4.6. Direitos e Garantias Fundamentais dos cidadãos.....	37
4.7. Caráter dos Princípios inerentes à Previdência.....	38
<b>5. Força normativa dos novos princípios da previdência .....</b>	<b>38</b>
5.1. Novos Princípios atribuídos à Previdência Social .....	39
5.1.1. Princípio da governança previdenciária.....	39
5.1.2. Princípio do controle interno da Previdência.....	41
5.1.3. Princípio da transparência previdenciária.....	42
<b>6. Força normativa e função dos novos Princípios da Previdê- -dência .....</b>	<b>43</b>
<b>7. Interpretação e aplicação dos Princípios Previdenciários ..</b>	<b>45</b>
<b>Referências.....</b>	<b>49</b>

## **CAPÍTULO 2 - PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DA PREVIDÊN- CIA .....**

*(Por Wladimir Novaes Martinez)*

<b>8 . Considerações iniciais .....</b>	<b>52</b>
8.1. Terminologia .....	57
8.2. Características .....	58
8.3. Fundamento e importância.....	63
8.4. Aplicação e papel.....	66
8.5. Funções .....	69
8.6. Classificação .....	71
<b>9. Princípio da contributividade .....</b>	<b>72</b>
9.1. Significado mínimo .....	72
9.2. Distinção necessária.....	73
9.3. Fontes formais.....	73
9.4. Assistência Social.....	74
9.5. Exceções a regra.....	74
9.6. Crime previdenciário.....	74
9.7. Presunção da retenção .....	74

9.8. Essência indiscutível .....	75
9.9. Precedência do custeio .....	75
9.10. Consectários gerais .....	76
9.11. Contrapartida.....	76
9.12. Pertinência da facultatividade .....	77
9.13. Correspectividade com a renda mensal inicial.....	78
9.14. Essência nuclear .....	78
<b>10. Princípio da filiação obrigatória .....</b>	<b>79</b>
10.1. Conceito básico .....	79
10.2. Fases da filiação .....	79
10.3. Unicidade da filiação.....	80
10.4. Relação jurídica de filiação.....	80
10.5. Obrigatoriedade formal .....	80
10.6. Automaticidade da filiação.....	81
10.7. Fundamento histórico.....	81
10.8. Constitucionalidade.....	82
10.9. Inscrição derivada .....	83
10.10. Continuidade .....	83
10.11. Desdobramentos usuais.....	84
<b>11. Princípio da solidariedade social.....</b>	<b>85</b>
11.1. Significado.....	85
11.2. Origem.....	86
11.3. Limites.....	88
11.4. Principais tipos .....	88
11.5. Aplicação.....	90
11.6. Funções .....	91
11.7. Fundamentos .....	92
11.8. Noções de proteção pessoal .....	92
11.9. Noções de proteção familiar.....	92
11.10. Noções de assistência pública .....	93
11.11. Noções de assistência religiosa .....	94

11.12. Noções de seguro privado .....	94
11.13. Noções de mutualismo .....	95
11.14. Noções de seguro social .....	96
11.15. Noções de Assistência Social .....	98
11.16. Noções de ações de saúde.....	100
11.17. Noções de Seguridade Social.....	101
11.18. Conceito mínimo.....	102
11.19. Origem remota.....	104
11.20. Limites de ação.....	105
11.21. Tipos possíveis.....	106
11.22. Classificação didática.....	106
11.23. Ação geopolítica.....	108
11.24. Funções inerentes.....	108
11.25. Fundamentos gerais.....	108
11.26. Regra de interpretação.....	109
11.27. Efetividade prática.....	109
11.28. Tipos e espécies.....	109
11.29. Contributividade.....	109
<b>12. Princípio da vedação do regresso.....</b>	<b>110</b>
<b>13. Princípio da cláusula pétrea.....</b>	<b>119</b>
13.1. Considerações iniciais.....	119
13.2. Natureza constitucional.....	120
13.3. Conceito doutrinário.....	121
13.4. Art. 5º, XXVI.....	122
13.5. Independência dos poderes.....	122
13.6. Lema da Revolução Francesa.....	123
13.7. Fontes materiais.....	123
13.8. Causa da decantação.....	123
13.9. Conclusões derradeiras.....	124
<b>Referências.....</b>	<b>127</b>